Artigo 11º

Transgressões

1 — É proibido, e será considerado transgressão deste Regulamento:

a) Estacionar o veículo de modo a que não fique completamente contido dentro do espaço que lhe é destinado. O estacionamento de veículos nas zonas abrangidas pelo presente Regulamento deve ser efectuado por forma a respeitar as marcações a que se referem o n.º 2 do artigo 7º;

b) A qualquer pessoa e por qualquer meio, alterar o aspecto, encravar, danificar, abrir ou partir intencionalmente qualquer parquímetro instalado de acordo com o Regulamento. A tentativa frustrada de realizar alguma das acções acima descritas será, para todos os fins, considerado equivalente à realização da própria acção;

c) Depositar ou mandar depositar em qualquer parquímetro, qualquer objecto diferente dos meios de pagamento previstos.

2 — O utente que infringir este Regulamento, fica sujeito a penalização prevista no n.º 2 do artigo 71º do Código da Estrada.

Artigo 12º

Bloqueio e Remoção

1. Nos casos previstos nas alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo anterior e em todos os demais casos considerados de vandalismo, ou violação do sistema de parquímetros e independentemente da responsabilidade penal que ao caso couber, proceder-se-á sempre ao bloqueamento do veículo.

2 — Poderão ser bloqueados ou removidos os veículos estacionados em infracção ao presente Regulamento.

3 — Os veículos bloqueados poderão ser removidos, caso a sua situação não se encontre regularizada no prazo de 24 horas após o bloqueamento.

4 — Em caso de bloqueamento, seguido ou não de remoção, para além do pagamento da penalização referida no n.º 1, é devido à entidade policial o pagamento das taxas de bloqueamento e remoção. A partir do momento de remoção é ainda devida a taxa de recolha prevista na Portaria 1424/2001 de 13 de Dezembro. Estas taxas são actualizadas por legislação própria.

IV — FISCALIZAÇÃO

Artigo 13º

Fiscalização

A fiscalização do cumprimento das disposições deste Regulamento competirá à entidade policial. A Câmara Municipal é autorizada a dispor de uma equipa de vigilantes que colaborará com a entidade policial na fiscalização acima referida, de acordo com o Decreto-Lei n.º 327/98, de 2 de Novembro.

Artigo 14º

Atribuições

Compete especialmente aos agentes de fiscalização, dentro das zonas de estacionamento de duração limitada:

a) Esclarecer os utilizadores sobre as normas estabelecidas no presente Regulamento, bem como acerca do funcionamento dos equipamentos instalados;

b) Promover o correcto estacionamento;

c) Zelar pelo cumprimento dos regulamentos específicos em vigor em cada zona;

d) Participar às autoridades policiais as situações de incumprimento;

e) Desencadear as acções necessárias à eventual imobilização ou remoção dos veículos em transgressão;

f) Levantar auto de notícia, nos termos do disposto no artigo 170º do Código da Estrada;

g) Proceder às notificações previstas nos artigos 175º e 176º do Código da Estrada.

IV — DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 15º

Isonção de Responsabilidade

À Câmara Municipal de Mira não cabe qualquer tipo de responsabilidade por eventuais furtos, perdas ou deteriorações dos veículos

estacionados em zonas de estacionamento pago, ou de pessoas ou bens que se encontrem no seu interior.

Artigo 16º

Norma Revogatória

São revogados: o Regulamento do Funcionamento das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada, nas Vilas de Mira e Praia de Mira e outras disposições regulamentares anteriores a este Regulamento.

Artigo 17º

Dúvidas e Omissões

Os casos e as dúvidas relativas à aplicação do presente Regulamento serão resolvidos pela lei geral em vigor sobre a matéria a que este se refere e, na falta desta, por deliberação da Câmara Municipal.

Artigo 18º

Entrada em Vigor

Este Regulamento entra em vigor após a sua aprovação pela Assembleia Municipal e publicitação nos termos legais.

ANEXO I

Zonas de Estacionamento de Duração Limitada

Zona I, Tipo A — Jardim da Barrinha, sito na praia de Mira;

Zona II, Tipo A — Av. Marginal, sita na Praia de Mira;

Zona III, Tipo A — Estrada e Largo do Lago Mar, junto ao Campo do Touring, sito na Praia de Mira;

Zona IV, Tipo B — Av. 25 de Abril, Rua Marquês de Pombal e Rua Dr. João Alfarelos, em locais previamente estabelecidos e sinalizados, sitas em Mira.

ANEXO II

Taxas Relativas a Utilização do Estacionamento de Duração Limitada

Taxa Básica de Estacionamento:

Condições Gerais:

Zonas I, II III: das 9.00 horas às 20.00 horas, incluindo todos os dias úteis, sábados, domingos e feriados, apenas no período de Junho a Setembro — .Euros: 0,50€/hora

Zona IV: das 9.00 horas às 19.00 horas, todos os dias úteis — Euros: 0,50€/hora

Nos restantes períodos sem limite de duração do estacionamento — gratuito

2611073809

CÂMARA MUNICIPAL DE MIRANDA DO DOURO**Aviso n.º 26027/2007**

Em cumprimento do disposto no artigo 34º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 07 de Dezembro, torna-se público que por meu despacho de 20 de Agosto de 2007, nos termos do n.º 8 do artigo 6º do diploma supra-referido e na sequência de concursos internos de acesso limitado, foram nomeados os seguintes funcionários nas categorias que se indicam:

Aderito Alves Carmona, Operário Principal Altamente Qualificado, Operador de Estações Elevatórias de Tratamento e Depuradoras.

Alfredo Ramos Pires, Operário Principal Altamente Qualificado, Operador de Estações Elevatórias de Tratamento e Depuradoras.

José Manuel de Castro Operário Principal Altamente Qualificado, Operador de Estações Elevatórias de Tratamento e Depuradoras.

António Alcides Gonçalves Pinto Operário Principal Altamente Qualificado, Operador de Estações Elevatórias de Tratamento e Depuradoras.

José Luís Alves Almeida Operário Principal Altamente Qualificado, Operador de Estações Elevatórias de Tratamento e Depuradoras.

Os funcionários deverão assinar o termo de aceitação no prazo de 20 dias, contados da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, conforme disposto no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 07 de Dezembro. (Isentos de fiscalização prévia).

14 de Dezembro de 2007. — O Presidente da Câmara, *Manuel Rodrigo Martins*.

2611073862